



05/12/2018	Blumenau/SC Campina Grande/PB Caruaru/PE Dourados/MS Feira de Santana/BA
	Governador Valadares/MG Imperatriz/MA Jaraguá do Sul/SC Joinville/SC Juiz de Fora/MG Marabá/PA Mossoró/RN Parnaíba/PI Petrolina/PE Rondonópolis/MT Santa Maria/RS Uberaba/MG Uberlândia/MG Vitória da Conquista/BA

\*municípios afetados pelo desligamento de Brasília/DF.

PORTARIA Nº 7.042/SEI, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53760.000681/1998 e nº 53900.049324/2015-53, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de julho de 2016, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E CULTURAL DE REGENERAÇÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Regeneração / PI.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.229/SEI, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.043928/2015-96 e nº 53710.000513/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de fevereiro de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA BOLIVAR FREIRE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Datas / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES  
CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃOS DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Nº 71 - Processo nº 53524.002042/2010-12  
Recorrente/Interessado: EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. (EMBRATEL). CNPJ/MF nº 40.432.544/0001-47

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel: a) conhecer do Recurso Administrativo apresentado pela CLARO S.A. em face do Despacho Decisório nº 3.858/2015/COUN/SCO/ANATEL (fls. 423 - SEI nº 0917288), para, no mérito, dar-lhe provimento parcial; b) conhecer da Petição "Estudo das movimentações contábeis dos bens reversíveis elaborado pela PriceWaterhouseCoopers ("PWC")" (fl. 581 - 587 - SEI 0917293) e documentação correlata; e, c) manter as determinações contidas nos itens "v" e "vi" do Despacho Decisório nº 3.858/2015/COUN/SCO/ANATEL.

Nº 72 - Processo nº 53500.017285/2009-90  
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ/MF nº 33.000.118/0001-79

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel: a) receber o pedido de suspensão do trâmite deste Pado protocolizado sob o SEI nº 1186278 e indeferi-lo; b) não conhecer da petição extemporânea protocolizada sob o SEI nº 2325129; e, c) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO  
Presidente do Conselho

ACÓRDÃO Nº 74, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Processo nº 53500.006207/2015-16  
Recorrente/Interessado: PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 28/2018/SEI/EC (SEI nº 2432965), integrante deste acórdão, prorrogar o prazo de contribuições da Consulta Pública nº 29/2017 por mais 30 (trinta) dias a contar de seu vencimento.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO  
Presidente do Conselho

ACÓRDÃO Nº 75, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2018

Processo nº 53500.010924/2016-15

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 48/2018/SEI/LM (SEI nº 2443838), integrante deste acórdão, prorrogar o prazo para o recebimento de contribuições e comentários à Consulta Pública nº 33/2017 até o dia 1º de abril de 2018.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO  
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO  
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS  
DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 1.227, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2018

Processo 53516.000408/2018-75: Outorga autorização para uso de radiofrequência à CATTALINI TERMINAIS MARITIMOS S.A., CNPJ nº 75.633.560/0001-82, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN  
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA  
E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Nº 1.145 - Processo nº 53500.001779/2018-43. Expede autorização à SV PROVEDORES DE ACESSO A INTERNET LTDA - ME, CNPJ/MF nº 19.150.100/0001-22, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.154 - Processo nº 53500.004158/2018-11. Expede autorização à TRIWAVE TECNOLOGIA LTDA - ME, CNPJ/MF nº 10.334.879/0001-61, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas.

Nº 1.155 - Processo nº 53500.081942/2017-62. Expede autorização à M & V TELECOM EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 27.531.117/0001-58, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES  
Superintendente

ATOS DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

Nº 1.171 - Processo nº 53500.002662/2018-87. Expede autorização à MAYARA MARQUES FIGUEIREDO MANUTENCAO EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 22.950.983/0001-60, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.182 - Processo nº 53500.003362/2018-15. Expede autorização à CLEBERSON LUIS N. PAULO - ME, CNPJ/MF nº 15.511.828/0001-81, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.183 - Processo nº 53500.003196/2018-57. Expede autorização à SK TELECOM EIRELI, CNPJ/MF nº 12.944.959/0001-64, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES  
Superintendente

ATOS DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Nº 1.184 - Processo nº 53500.004571/2018-86. Expede autorização à E A DE A P DEVECHIO - ME, CNPJ/MF nº 24.454.973/0001-69, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.189 - Processo nº 53500.003097/2018-75. Expede autorização à WTL TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA, CNPJ/MF nº 25.004.700/0001-85, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.198 - Processo nº 53500.000778/2018-81. Expede autorização à GIULIANO BARBOSA OVELAR - ME, CNPJ/MF nº 15.592.137/0001-50, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES  
Superintendente

ATO Nº 1.211, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Autoriza ABIX TELECOM LTDA, CNPJ nº 03.068.511/0001-33, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Triunfo/RS, no período de 06/03/2018 a 04/05/2018.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES  
Superintendente

CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE  
DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL

EXTRATO DE PARECER Nº 4/2018

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº.: 01250.008057/2018-13 (565)

CNPJ: 04.910.069/0001-03 - MATRIZ

Razão Social: BIOTRAN ASSESSORIA E CONSULTORIA EM MEDICINA VETERINARIA LTDA - ME

Nome da Instituição: BIOTRAN

Endereço da Instituição: Rua Tatuin, 447 - Prédio, Vila Teixeira, CEP: 37.132-418, Alfenas/MG.

Modalidade de solicitação: requerimento de credenciamento da instituição.

Decisão: DEFERIDO

CIAEP: 01.0504.2018

O Concea, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 04/2017/CONCEA/MCTIC.

A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.

O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

MONICA L. ANDERSEN

EXTRATO DE PARECER Nº 5/2018

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº.: 01250.008076/2018-31 (568)

CNPJ: 10.784.782/0005-84 - FILIAL

Razão Social: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO

Nome da Instituição: IFTM CAMPUS SÃO VICENTE

Endereço da Instituição: Rodovia BR 364, km 329 - Campus São Vicente - Bairro Vila São Vicente - CEP: 78.106-970 - Cuiabá/MT

Modalidade de solicitação: requerimento de credenciamento da instituição.

Decisão: DEFERIDO

CIAEP: 01.0505.2018

O Concea, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 05/2018/CONCEA/MCTIC.

A instituição apresentou todos os documentos conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, além de comprovar constituição de CEUA nos termos do art. 8º da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008.

O Concea esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

MONICA L. ANDERSEN